



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

SBCPREV

Autarquia criada pela Lei 6.145/2011

ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

1 Às nove horas do trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e doze, reuniram-se para a sétima
2 Reunião Ordinária os membros do Conselho Administrativo, na sala de reuniões da SBCPrev, no prédio da SA-4,
3 sito à Avenida Senador Vergueiro, nº 3.315, Rudge Ramos, a qual contou com a presença dos seguintes
4 Conselheiros Titulares: Wagner Minervino da Rocha, Karla Andrea Ribeiro Santana, Edson Luiz Marini e Pedro Luis
5 Guazzelli as Conselheiras Suplentes: Kathia Maria de Carvalho Diniz e Josefa dos Reis Santos Silva. Iniciou-se então
6 com o Conselheiro Wagner informando que os balancetes estão em ordem, que estamos com auditoria do Tribunal
7 de Contas do Estado-TCE tanto no FUPREM quanto no SBCPrev, referente as contas do exercício de 2011, que
8 todos os documentos requisitados estão sendo fornecidos. O Conselheiro Pedro falou sobre os precatórios que
9 não tem passado por este Conselho e o mesmo disse que enquanto conselheiro gostaria de conhecer e saber
10 como está. O Conselheiro Wagner falou que tudo relativo ao FUPREM fosse encaminhado para o Conselheiro
11 Pedro, porém, foi lembrado que toda a documentação do extinto FUPREM está em poder do SBCPrev, o
12 Conselheiro Wagner explicou que o encaminhamento deve ser assinado pelo Conselheiro Pedro, já que a
13 responsabilidade deste período anterior é dele. Os fiscais do TCE estão pedindo também todos os contratos
14 firmados no exercício, a apreciação do conselho gestor sobre as contas (setembro – final do FUPREM). O
15 Conselheiro Pedro citou que seria interessante pedir para o SBCPrev o que está sendo solicitado pelos precatórios.
16 O Conselheiro Wagner explicou que a legislação prevê que os precatórios de pequeno valor são pagos direto pelo
17 Município e os outros são pagos ao Tribunal de Justiça, que por sua vez, paga ao credor, ou seja, o Município
18 deposita para o Tribunal e é ele quem dá ordem de pagamento final. Foi depositado pelo Município ao todo entre
19 os anos de 2010 e 2011 cerca de vinte milhões e o Tribunal ainda não pagou, está sendo feito o levantamento do
20 porque não foi pago, isso porque houve um acúmulo de trabalho, já que o Tribunal teve que fazer todo o trabalho
21 dos municípios do Estado e pelo visto ele não tem estrutura dimensionada para isso. Foi levantando que dos vinte
22 milhões eles pagaram três milhões, para os idosos além de precatórios alimentares. Assim, o SBCPrev está em dia
23 com o pagamento. O Conselheiro Wagner falou que o Diretor Edson Barbosa Sobrinho gostaria de explanar sobre a
24 Lei Orçamentária de 2013 (cuja aprovação pelo Conselho consta do artigo 70 da Lei da SBCPrev). Passou a ser
25 explanado pelo Sr. Barbosa que a receita para 2013 está estima em R\$ 380.904.000,00, sendo que deste montante
26 o valor de R\$ 48.235.000,00 refere-se ao Comprev. Que até julho de 2012, trezentos e cinquenta e seis processos
27 de aposentadoria por tempo de serviço/idade foram deferidos no Comprev. Que para 2013 o desafio do Comprev
28 serão as aposentadorias por invalidez. Até o momento houve 02 pedidos de compensação de aposentadoria por
29 invalidez, mas não houve resposta do INSS. Que alguns laudos não contem o CID e este dado é obrigatório. Nesses
30 casos novos laudos terão que ser emitidos pela perícia médica para que, posteriormente, seja efetuado o
31 requerimento junto ao Comprev. Informa que foi elaborado um modelo de laudo na formatação necessária. Assim
32 nos processos de aposentadoria por invalidez em que não constar o CID deverá ser feito o traslado do laudo para o
33 modelo mencionado. Observou, também, que nos laudo atuais já constam o número do CID. Observou que nos
34 pedidos de aposentadoria por tempo de serviço já são efetuados traslados das CTC (certidão de tempo de
35 contribuição) quando os dados estão ilegíveis e que para estes casos o INSS tem aceitado e concedido à
36 compensação para pagamento do pro-rata. Continuando a apresentação do orçamento para 2013, explanou que
37 no mais a receita que consta da proposta é a de contribuição patronal, dos servidores, das aplicações financeiras,



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

SBCPREV

Autarquia criada pela Lei 6.145/2011

38 e dos aportes financeiros que a Câmara, Faculdade, Prefeitura e IMASF fazem mensalmente. Na projeção da
 39 despesa foram consideradas as projeções da despesa de 2012, acrescida do reajuste de 5,5%, crescimento
 40 vegetativo dos ativos/efetivos da SBCPREV. Foi considerado, ainda, o aumento das aposentadorias (considerou a
 41 média de 20 a 25 aposentadorias por mês) e o possível impacto do PCCR na folha dos aposentados. O Conselheiro
 42 Wagner falou sobre a reserva de contingência, achou o valor alto e o Sr. Barbosa explicou que está na mesma
 43 proporção de 2012. Lendo a proposta, o Conselheiro Wagner falou que teremos de sobra 75 milhões de reserva
 44 atuarial mais 12 milhões de recursos para abertura de crédito. Vai sobrar cerca de 87 milhões, o que representa
 45 aproximadamente 23% da previsão de arrecadação. A Conselheira Kathia perguntou se esta "sobra" tem
 46 aumentado e o Sr. Barbosa explicou que sim, que a receita tem que bancar as despesas e sobrar para atingir o
 47 cálculo atuarial, senão não se atinge o valor que está previsto para trinta anos. O Conselheiro Pedro perguntou se
 48 na despesa está previsto os funcionários que vão se aposentar. O Sr. Barbosa informou que na projeção da
 49 despesa está sendo considerada as aposentadorias e pensões projetadas no cálculo atuarial, pois neste há
 50 projeção do número de eventos e respectivas despesas para os próximos exercícios. A Conselheira Kathia
 51 perguntou se a média de vinte e cinco aposentadorias por mês tem aumentado e o Sr. Barbosa respondeu que
 52 depende de fatores externos, como por exemplo, notícias de alteração das regras de aposentadoria, aumento
 53 salarial, entre outros. O Conselheiro Wagner perguntou se quanto ao orçamento alguém mais tinha dúvida e o
 54 Conselheiro Pedro perguntou sobre as compensações financeiras, esse pagamento está sendo feito sobre o
 55 regime de origem e o restituidor. Quanto ao regime instituidor-RI temos cerca de cento e vinte requerimentos
 56 para pagamento de compensação com o INSS (desde 2004). Para esses casos têm uma série de análises que
 57 devem ser feitas. Estamos fazendo cerca de três processos de RI por mês, já que a orientação do INSS é de que o
 58 RI tem que ser feito, pois senão corre risco de suspensão do pró-rata. Está sendo feito do mais novo para o mais
 59 antigo, visto que os mais antigos estão microfilmados e a dificuldade é muito maior. A Conselheira Josefa levantou
 60 uma dúvida sobre o futuro, daqui a trinta anos, ela disse que estão saindo mais funcionários do que contratando,
 61 então o Sr. Barbosa explicou que com a lei 6145/2011, que criou o SBCPREV, foi feita a segregação de massa e
 62 criados três fundos FFIN1, fundo financeiro, no qual se encontram os servidores admitidos até 30/09/2011, os
 63 aposentados e os que fazem parte desse grupo que vieram a se aposentar; FFPREV, fundo previdenciário,
 64 admitidos a partir de 01/10/2011 e FFIN2, formado pelos recursos existentes na criação do Instituto. Que a
 65 oscilação de servidor poderá afetar o FFPREV, pois o FFIN1 está estabilizado com os aportes financeiros feitos pela
 66 Prefeitura e demais entes. O Conselheiro Wagner explicou que isso pode impactar no logo prazo o FFPREV, daí o
 67 atuário vai ter que indicar uma solução, o que não atinge os servidores ingressados antes de 01 de outubro do ano
 68 passado. Foi feita a votação e a proposta orçamentária foi aprovada por unanimidade nos termos da legislação
 69 vigente. Foi chamado então o Diretor Administrativo e Financeiro Gilmar para falar sobre a última reunião
 70 tínhamos falado da publicação no holerite sobre o acesso das informações das aplicações no site da transparência
 71 e já tinha passado o prazo, ficou decidido passar a ata para a Sra. Glória. Falou-se que além do holerite a
 72 publicação deverá sair também no NM e no Jornal do Servidor. Quanto a separação do FIFN1 do FIFN3, o diretor
 73 falou que a Risk Office já separou e já foi passado para o DTI fazer a publicação em separado. Ele também
 74 entregou o relatório do mês de julho do FFIN 2 e FFPREV. O Conselheiro Wagner comentou que estamos quase
 75 com o dobro da meta cumprida. O Sr. Gilmar falou que a Risk Office informou que ainda não seria o momento de
 76 retirar a aplicação do IMA-B e eles acertaram, disse que para o mês de agosto o IMA-B foi bem também, e talvez

[Handwritten signatures and initials]

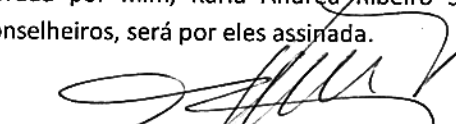


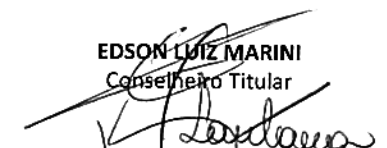
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO


SBCPREV

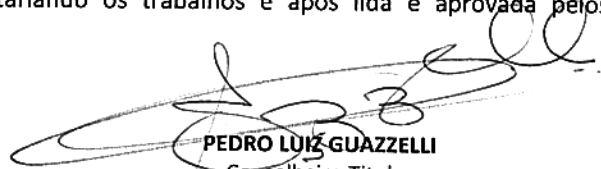
Autarquia criada pela Lei 6.145/2011

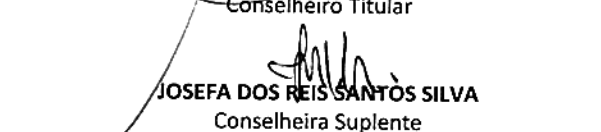
77 feche com uma média de 1,5% no fundo todo, superando a meta que era 0,92%. Foi feito uma aplicação nova da
78 Caixa Econômica Federal de cinco milhões, fundo de dividendos, com prazo fechado para cinco anos, distribuir
79 dividendos de no mínimo de 8,5% a.a., a idéia é tirar um pouco de aplicações do Banco do Brasil, pois está quase
80 atingindo o limite da nossa política de investimento. O Conselheiro Vagner perguntou sobre um
81 desenquadramento constante na planilha, o Sr. Gilmar respondeu que o Banco Itaú tem que alterar algum detalhe
82 do regulamento para enquadrar, não é a aplicação em si. Foi citado que a próxima reunião da Risk Oficce será o
83 Conselheiro Marini que estará presente e que da seguinte será o Conselheiro Pedro. O Sr. Gilmar citou que tem
84 duas vagas para realizar o curso CPA10 on line pela Crédito e Mercado, oferecido pelo TrendBank e que após o
85 curso o exame de habilitação é realizado pela FGV, oferecido para a SBCPrev, os interessados em realizar foram o
86 Conselheiro Marini, eu e a Kathia, ele vai passar os dados para o Conselheiro Vagner e saber quem vai fazer. O Sr.
87 Gilmar vai tentar as três vagas, já que existem três interessados, ficou decidido requerer a diretoria executiva o
88 pagamento da prova. O Conselheiro Vagner informou que o certificado de regularidade previdenciária (CRP), foi
89 revalidado pelo Ministério da Previdência até fevereiro de 2013. Voltou-se então para os assuntos gerais e a
90 Conselheira Kathia apresentou um requerimento entregue pelo Conselheiro Alberto com vários assuntos e citou,
91 entre eles, a identificação funcional (crachás) dos aposentados, da importância da entrega dos mesmos para todos
92 e sobre o regimento interno, que o Prefeito ainda não assinou. O Conselheiro Vagner encaminhará o documento à
93 Diretoria Executiva para resposta. Outro que a conselheira abordou foi sobre a aposentadoria especial do
94 magistério e perguntou se houve alguma discussão no SBCPrev sobre esse assunto, o Conselheiro Vagner explicou
95 que o SBCPrev está seguindo o parecer do Supremo Tribunal Federal, portanto, indeferindo. O Conselheiro Pedro
96 falou que quanto as aposentadorias especiais o sindicato entrou com uma ação coletiva aproximadamente maio
97 de 2012. Nada mais havendo a tratar, onze horas e tripta e oito minutos foi encerrada a reunião, cuja ata foi
98 lavrada por mim, Karla Andréa Ribeiro Santana, secretariando os trabalhos e após lida e aprovada pelos
99 Conselheiros, será por eles assinada.


VAGNER MINÉRVINO DA ROCHA
Presidente do Conselho Administrativo


EDSON LUIZ MARINI
Conselheiro Titular


KARLA ANDRÉA RIBEIRO SANTANA
Secretária do Conselho Administrativo


PEDRO LUIZ GUAZZELLI
Conselheiro Titular


JOSEFA DOS REIS SANTOS SILVA
Conselheira Suplente


KATHIA MARIA DE CARVALHO DINIZ
Conselheira Suplente